

PARECER JURÍDICO n° 024/2024-AJ/CMP

PROCESSO N° 019/2024-CL/CMP

INTERESSADO: Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Parintins.

ASSUNTO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada no fretamento de embarcações tipo lancha rápida e barco regional em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Parintins.

EMENTA: 1. EXAME PREVIO DE LEGALIDADE DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO. 2. CONTROLE PREVENTIVO DA LEGALIDADE, ARTIGO 53, §1º, INCISO I E II DA LEI N° 14.133/2021. 3. REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FRETAMENTO DE EMBARCAÇÕES TIPO LANCHA RÁPIDA E BARCO REGIONAL EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS. 4. POSSIBILIDADE.

I. RELATÓRIO:

Trata-se de processo administrativo licitatório que tem por finalidade a contratação de empresa que, sob demanda, prestará serviço de fretamento de embarcações tipo lancha rápida e barco regional em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Parintins, escolhida a modalidade pregão, em sua forma eletrônica (art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021), com o critério de julgamento menor preço por item/lote (art. 33, I combinado com art. 40, §2º, I, da Nova Lei de Licitações - NLLC), e sistema de registro de preços (art. 78, IV da NLLC).

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

- a) Termo de abertura de processo administrativo licitatório, datado em 02/07/2024;
- b) Portaria n° 025/SRH-CMP, que designa o agente de contratação, pregoeiro e equipe de apoio, incluída a respectiva publicação;
- c) Portaria n° 069/SRH-CMP, que designa servidor cargo comissionado para realizar os procedimentos preparatórios das contratações, em 06/05/2024, incluída a respectiva publicação;
- d) Portaria n° 102/SRH-CMP, que designa servidor de cargo efetivo para interinamente ocupar o cargo comissionado de Assessor Técnico, em 12/07/2024, incluída a respectiva publicação;

- e) Documento requisitório, memorando nº 019/2024-SEAD/CMP, datado em 02/07/2024, com a respectiva justificativa;
- f) Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Parintins, autorizando a abertura de processo administrativo licitatório e demais tramites, em 02/07/2024;
- g) Catálogo de padronizações, incluída a comprovação de publicação no portal da transparência;
- h) Documento de formalização da demanda – DFD, assinado em 02/07/2024;
- i) Pesquisa de preço, com o ofício solicitando cotação de preços e respostas (Ofício 018, 020 e 022/2024/SEAD-CMP);
- j) Ofícios 019, 021 e 023/SEAD-CMP, expedidos, sem resposta, conforme Despacho de 28/06/2024;
- k) Planilha de cotação de preços, assinada em 28/06/2024;
- l) Memorando nº 147/2024-SEAD/CMP, solicita memória de cálculo do quantitativo dos serviços prestados no ano de 2023, assinado em 04/06/2024;
- m) Memorando nº 004/2024/DPA, resposta Memorando 147-SEAD, assinado em 06/06/2024;
- n) Estudo Técnico Preliminar, assinado pela Secretaria Administrativa, datado em 05/07/2024;
- o) Análise de risco, assinado pela Diretora do Departamento de Patrimônio e Almoxarifado, datado em 05/07/2024;
- p) Termo de referência, assinado pelo assessor técnico, Erlisson dos Santos Cidade, datado em 19/07/2024;
- q) Recurso Orçamentário – Memorando nº 019/2024/SF-CMP, assinado em 22/07/2024;
- r) Encaminhado para análise Jurídica – Memorando nº 074/2024-CL/CMP, datado em 22/07/2024;
- s) Minuta do Pregão Eletrônico nº 009/2024-CL/CMP, com os anexos: Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, minuta ata de registro de preços e minuta termo de contrato.

É a síntese do necessário.

Passamos a análise jurídica que o caso requer.

II. CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS:

O presente processo, foi encaminhado a esta assessoria jurídica, para análise jurídica acerca da contratação, em consonância com o art. 53 da Lei nº 14.133/2021 que assim prevê:



Wagner Santos Andrade
ASSESSOR JURÍDICO
Portaria nº 035/2024 - CMP

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante **análise jurídica** da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica; (grifo nosso)

Posto isto, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem da discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Ressalte-se que o parecer jurídico visa informar, elucidar, enfim, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos da administração ativa.

Cumpre esclarecer, também, que toda verificação desta Assessoria Jurídica tem por base as informações prestadas e a documentação encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administração Pública. Portanto, tornam-se as informações como técnicas, dotadas de verossimilhança, pois não possui a Assessoria Jurídica o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investigações para aferir o acerto, a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitatório.

Toda manifestação expressa posição meramente opinativa sobre a contratação em tela, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe a análise dos aspectos de legalidade nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/21, aferição que, inclusive, não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador, em seu âmbito discricionário.

III. DA ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO:

III. 1) Designação de agentes públicos

No presente caso, foram juntados aos autos as portarias de designação do Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, nos termos da Portaria nº 025/SRH-CMP de 22/01/2024, devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Verifica-se ponto sensível a ser analisado pela autoridade competente, pois não há informação nos autos se a servidora designada para exercer o cargo de Pregoeira, é servidora pública efetiva ou não, para fins de atender o disposto no §5º do art. 8º da Lei 14.133/21, conforme transcrição:

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, **pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública**, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da

licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

(...)

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro. (grifo nosso)

III. 2) Pesquisa de preços e Orçamento estimado

Inicialmente tem-se que o valor da contratação encontra-se estimado em R\$ 467.800,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil e oitocentos reais), conforme consta no ETP, TR e minuta do pregão eletrônico. Salienta-se que no presente caso, foi realizada a estimativa do valor da contratação, com indicação da observância do parâmetro previsto art. 23, §1º, IV da Lei nº 14.133/2021, bem como, do art. 26, V do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, a seguir transcritos:

Lei nº 14.133/2021

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

(...)

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP

Art. 26. A pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral consistirá na utilização, de forma combinada ou não, dos seguintes critérios:

(...)

V- múltiplas consultas diretas ao mercado com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que haja justificativa para escolha dos fornecedores, com prazo máximo de 6 (seis) meses da divulgação do edital.

Neste contexto, foi utilizado a opção de cotação direta com no mínimo 03 (três) fornecedores, para obter-se o preço estimado através da **média**.

Inclusa a indicação dos recursos orçamentários para cobertura da despesa, confeccionado pela Secretaria Financeira.

Além disso, conforme verifica-se no Estudo Técnico Preliminar (ETP), foram inclusas justificativas para a não utilização da denominada "cesta de preços", que podem ser adotadas de forma combinada ou não, conforme disposto no art. 23 e incisos.

III. 3) Da fase preparatória:

A Lei nº 14.133 de 2021 estabelece que a fase preparatória do processo licitatório seja caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como, abordar

todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no *caput* do art. 18, vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as **leis orçamentárias**, bem como abordar todas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão** que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;

IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do **edital** de licitação;

VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a **modalidade** de licitação, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o **ciclo de vida do objeto**;

IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**;

X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o **momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei.

Em análise aos autos do processo verifica-se que este contém os elementos mínimos necessários à promoção do certame, havendo uma suficiente descrição do que se pretende contratar, sendo estes: termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contendo a necessidade de contratação e justificativa, tabela contendo os preços unitários e totais, declaração de disponibilidade orçamentária, critério de julgamento, requisitos de habilitação, requisitos de execução, condições de pagamento, bem como, despacho da autoridade competente e análise dos risco.

Quanto a análise de risco, contém a fase, o índice de risco, as ações necessárias e os seus respectivos responsáveis, primando pela boa governança e a boa prática nos procedimentos administrativos.

Ademais, a minuta do edital e seus anexos, é parte do processo em análise, estando contemplada a habilitação, sanções, prazos e local de entrega do objeto, e, por fim, existe comprovação da designação do Pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Assim, com as devidas pontuações, de acordo com o inciso XIII do artigo 6º, e §1º, e incisos do artigo 18 da Lei 14.133/2021 com as cautelas de praxe necessária, que a fase preparatória do certame se encontra em harmonia ao mínimo exigido em lei.

III. 4) Segregação de funções

O princípio da segregação de funções é positivado no art. 5º da Lei nº 14133 e no art. 7, §1º, traz a conceituação desse princípio:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

(...)

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Sobre esse ponto, em especial a atuação em funções mais suscetíveis a riscos deve-se observar a separação de funções nas fases do procedimento licitatório, isto é, aqueles que participam da fase preparatória por regra não devem participar das demais fases (externas e executórias), para diminuir o poder de decisão e influência nos atos administrativos.

É claro tal princípio deve ser interpretado de forma restritiva, analisando-se o caso concreto, em harmonia com demais princípios, como eficiência e interesse público, portanto, em análise dos autos, observa-se que o estudo técnico preliminar (ETP) foi elaborado pela Secretaria Administrativa, a análise de risco foi elaborada pela Diretora do Departamento de Patrimônio e Almojarifado, o Termo de Referência pelo Assessor Técnico (Erlisson dos Santos Cidade), o edital pelo Assessor Técnico (Gean Cristian Angioli Ferreira) e a condução do certame será exercido pela pregoeira, em tese as funções preparatórias e fase externa do processo licitatório serão conduzidos por servidores públicos distintos.

III. 5) Desenvolvimento nacional sustentável

As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem **menor impacto ambiental**, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11, IV da Lei n. 14.133/2021, c/c art. 7º, XI, da Lei 12.305/2010).

Considerando as informações contidas no ETP, diante da natureza do objeto da licitação, foram apresentadas possíveis soluções para mitigar os impactos, no seguinte sentido:

Estudo Técnico Preliminar

15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

(...)

15.2.1 exigir que a empresa contratada implemente um plano de manutenção preventiva periódica das embarcações (barco e lanchas), assegurando sua operação eficiente e reduzindo emissões poluentes;

15.2.2 a empresa contratada deverá realizar treinamentos para os tripulantes, comandantes e pilotos com foco na condução econômica e sustentável;

15.2.3 exigir que a empresa utilize de tecnologias embarcadas para o monitoramento do desempenho das embarcações (barcos e lanchas), permitindo a otimização de rotas e redução do consumo de combustível;

15.2.4 exigir da empresa contratada a adoção de práticas de descarte responsável de peças e insumos, conforme as normas de gestão de resíduos;

15.2.5 exigir no edital como requisitos para a prestação do serviço que as empresas a serem contratadas deverão apresentar certidões ambientais ou práticas de gestão sustentáveis reconhecidas;

15.2.6 inclusão de critérios de contratação de embarcação com menor emissão de poluentes e maior eficiência energética, alinhados às melhores práticas de mercado.

III. 6) Parcelamento do objeto da contratação

Pois bem, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, o qual deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento. (grifo nosso)

Outrossim, temos que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. (grifo nosso)

Assim, o parcelamento será adotado no processo (ETP, item 11 – Justificativa para o parcelamento ou não da contratação) conforme informação apresentada pela área técnica:

(...)

11.2 Entendo ser possível o a aplicação do princípio do parcelamento da contratação tendo em vista, ser viável e vantajoso, conforme prevê o Art. 40, V, b) da Lei 14.133/2021. Caso seja

aplicado o referido princípio-norma, deve-se levar em consideração o que é mencionado Art. 40, §2º incisos II e III da lei em comento.

Diante disso, verifica-se que estão presentes as justificativas para o parcelamento, conforme previsto na legislação citada.

III. 7) Edital e anexos

Quanto a análise legal, temos que o presente processo consta também a minuta do edital indicando as exigências constantes do art. 25 da Lei 14.133/2021, como: definição do objeto de forma clara; endereço eletrônico; data e horário para abertura da sessão; condições para participação; da proposta; critério para julgamento; condições de pagamento; registro de preço; prazo e condições de participação; da proposta; critérios para julgamento; condições de pagamento; registro de preço; sanções para o caso de inadimplemento; especificações e peculiaridades da licitação; assim como, toda a documentação que os licitantes deverão apresentar para serem considerados habilitados.

III. 8) Sistema de Registro de Preço

Seguindo o caso em tela, constatou-se que a Administração optou pelo sistema de registro de preços. O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no Edital.

Importante ressaltar o disposto na Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

Também, o art. 82 da Lei 14.133/21, cuida do edital de licitação para registro de preços, fixando os elementos que o edital para o SRP deve conter.

Portanto, formado o cadastro de fornecedores e produtos, com a relação das empresas, acompanhada da especificação dos produtos que elas poderão fornecer, os órgãos e entidades participantes do Sistema de Registro de Preços poderão se valer das propostas apresentadas e constantes da Ata de Registro de Preços para celebração de futuros contratos.

Assim sendo, o registro de preços é o instrumento destinado à eficiência no gerenciamento dos processos de contratação pública, por meio do qual o vencedor da licitação assina Ata de registro de preços, comprometendo-se a oferecer por preço unitário o objeto licitado, de acordo com as necessidades da Administração, dentro de quantidade prefixada no edital e dentro de prazo também fixado nele, que não pode ultrapassar um ano.

As características dos bens e serviços a serem contratados por meio dessa sistemática se encontram previstas no art. 88 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, que dispõe nos seguintes termos:

Art. 88. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II – quando, pelas características da obra ou serviços de engenharia, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes, desde que haja projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

III - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;

IV – quando for conveniente a contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

V – quando for conveniente a aquisição e locação de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

VI – quando pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Por fim, ressalto que para efetivar a formalização do Ata de Registro de Preços é necessário que esta seja devidamente assinada pelos responsáveis do Órgão gerenciador e pelos fornecedores (caso existam mais de um) cujos preços foram registrados, bem como para início de sua validade esta deverá seguir todas as orientações constantes nas legislações em que se baseiam, em especial, da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP.

III. 9) Previsões da Lei n. 14.133, de 2021 sobre tratamento diferenciado a ME e EPP

As especificidades decorrentes da Lei Complementar n. 123/2006 alterada posteriormente pela Lei Complementar nº 147/2014, e dispostas no art. 10 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, são observadas pela minuta do edital no item 10, e em outros dispositivos espalhados pelo edital, criando assim os benefícios para as empresas de pequeno porte e microempresas, posto se tratar de compromisso do legislador constituinte deste país, de observância obrigatória pela Administração Pública, independente da esfera em que se promova o certame licitatório, conforme se verifica nos termos do art. 4º, da Lei 14.133/2021:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

[...]

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores

somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

III. 10) Do critério de julgamento:

No Instrumento convocatório o critério de julgamento utilizado é o de menor preço por item/lote, sendo, portanto, a proposta mais vantajosa para a Administração. A escolha atende ao que determina o art. 33, I combinado com o art. 40, §2º, I da Lei 11.343/2021 e do art. 39, I do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP com redação semelhante, vejamos:

Lei 11.343/2021

(...)

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

[...]

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes; (grifo nosso)

Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP

Art. 39. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

Esse requisito encontra-se apontado na capa da minuta, bem como no item 5.6, conforme determina o art. 33 inciso I da Lei nº 14.133/2021.

III. 11) Quanto a minuta do contrato:

No que tange ao contrato administrativo, sua regulamentação está prevista no art. 92 e incisos da Lei nº 14.133/2021, bem como, os previstos no art. 113 Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, a seguir transcrito:

Art. 113. Os contratos deverão, sempre que couber, conter as cláusulas previstas no artigo 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, as seguintes:

I- a obrigação do contratado de arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas relacionadas aos empregados que participem da execução do objeto contratual, na hipótese de contrato de prestação de serviços;

II- cláusula anticorrupção, com a seguinte redação: “Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma”;

III- disposições relacionadas à disciplina de proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quando for o caso. (grifo nosso)

Desta forma, entendemos que, sem cobrança excessiva e desnecessária, estão presentes os requisitos exigidos pelos artigos 89 a 114, da Lei n. 14.133/2021, que permitem, formalmente, que esteja apto para a produção dos seus efeitos.

Portanto, os dispositivos citados definem as cláusulas que necessariamente deverão estar consignadas no negócio jurídico. Diante disso, além das cláusulas dispostas, recomenda-se a inclusão da cláusula contante no inciso III do art. 113 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP.

III. 12) Publicidade dos atos

Por fim, considerando o disposto no artigo 54, *caput*, §1º, e art. 94 da Lei 14.133/2021 é obrigatório a divulgação e a manutenção do **inteiro teor do edital** de licitação, dos seus **anexos** no Portal Nacional de Contratações Públicas, inclusive a **publicidade no Diário Oficial dos Municípios**, nos termos do art. 148 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP.

Logo, após a homologação, a divulgação do **termo de contrato** deverá ser efetivada no Portal Nacional de Contratações Públicas tendo em vista que é condição indispensável para que ocorra a eficácia da contratação consoante o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Por derradeiro, cumpre destacar que através das documentações acostadas no processo, constatou-se que os requisitos legais e constitucionais foram observados respeitando os pressupostos para a formalização do processo em epígrafe.

IV. CONCLUSÃO:

Ante o exposto, obedecidas as demais regras contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, sou de parecer que o processo atende as exigências contidas na legislação, tanto no Edital como na minuta da Ata de Registro de Preços, entende-se que a Administração Pública poderá adotar a modalidade de licitação Pregão Eletrônico, encontrando-se o Edital com as cautelas de estilo, principalmente após a verificação das indicações contidas na Análise, item III (1 e 11), razão pela qual esta Assessoria Jurídica recomenda o prosseguimento do feito, além

do correto preenchimento das informações relativas à locais, datas, horários e ~~links~~ de acesso, no momento anterior à publicação do Edital, bem como, recomendando-se a observância do prazo mínimo de divulgação do art. 55, bem como o art. 183 da legislação de regência:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

(...)

II – no caso de serviços e obras:

a) **10 (dez) dias úteis**, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;

(...)

Art. 183. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

(...)

III - nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

§ 1º Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

I - o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;

Registra-se, tempestivamente, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual acostada nos autos.

Não se incluem no âmbito de análise desta Assessoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, bem como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis.

É o parecer.

Devolvam-se os autos à origem para a adoção das providências cabíveis.

Parintins-AM, 25 de julho de 2024.



VAGNER SANTOS ANDRADE
Advogado OAB/AM nº 15.795
Assessor Jurídico - Portaria nº 035/2024-CMP